

O POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS (1951-1954): uma análise no acervo documental de ex-servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia¹

Lívia Gomes Côrtes²

Deisiane Lima dos Santos³

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira⁴

RESUMO: Este artigo faz parte das pesquisas em andamento no Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA) e se caracteriza como um estudo exploratório, bibliográfico, documental e de levantamento, que tem como objetivo o resgate do acervo documental de ex-servidores técnico-administrativos desta unidade de ensino, por intermédio da identificação e descrição arquivísticas, numa abordagem sócio histórica que possibilite sua inter-relação, nesta análise, com o contexto político social do governo Vargas (1951-1954). Até o momento, em um total de 316 (trezentos e dezesseis) dossiês de ex-servidores técnico-administrativos identificados, 266 (duzentos e sessenta e seis) receberam tratamento técnico e 44 (quarenta e quatro) estão inseridos no período em destaque. Dentre os últimos, foi encontrado o dossiê do ex-funcionário Marcos Rodrigues dos Santos, inspetor de alunos, contendo uma carta escrita e endereçada para o então presidente da República em 1952, Getúlio Vargas, revelando no conteúdo da carta o caráter íntimo que esse governante procurava manter para com a população brasileira. Este fato descoberto fortalece os princípios da Arquivologia como propiciadora da construção histórica e disseminação da informação, dialogando de maneira interdisciplinar com a História, a fim de revelar, fortalecer e/ou questionar as construções do passado.

Palavras-chave: Escola Politécnica da Bahia. Identificação arquivística. Getúlio Vargas.

THE POPULISM OF GETÚLIO VARGAS (1951-1954): a analysis on the collection of documents of former administrative technician employees from Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia

Abstract: This article is part of the ongoing research in the Memorial Arlindo Coelho Fragoso of Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA) and it is described as a exploratory, bibliographical, documental and survey study which aims to rescue the collection of documents of former administrative technician employees from this teaching unit, by means of identification and archival description, into a social-historical approach that allows its interrelationship, in this analysis, with the social and political context of Vargas government (1951-1954). Until now, in a total of 316 (three hundred and sixteen) dossiers of former administrative technician employees identified, 266 (two hundred sixty-six) received technical treatment and 44 (forty four) are related to the featured

¹ Trabalho integrante dos projetos fomentados pelo Programa Permanecer/2015 da Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia (PROAE/UFBA) e pelo Programa Pense, Pesquise e Inove à UFBA/2014 (PROUFBA) da Pró-reitora de Pesquisa, Criação e Inovação da Universidade Federal da Bahia (PROPCI/UFBA).

² Graduanda em Bacharelado em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: lygotes@hotmail.com

³ Bacharelanda em Engenharia de Produção na Universidade Federal da Bahia-UFBA/ Salvador, Bahia. Bolsista do Programa Permanecer 2015/Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil-PROAE/UFBA. E-mail: deisiane.lima.s@gmail.com

⁴ Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Arquivista da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia/ Salvador, Bahia. E-mail: louise.anunciacao@ufba.br

period. Among the latest ones, it was found the file of former employee Marcos Rodrigues dos Santos, inspector of students, containing a written letter addressed to the president of the Republic in 1952, Getúlio Vargas, revealing in its contents the intimate character that this ruler sought to maintain with the Brazilian population. This discovered fact strengthens the principles of Archivology as propitiating the historic building and dissemination of information, dialoguing as interdisciplinary with History, in order to reveal, fortify and/or question the constructions of the past.

Keywords: Escola Politécnica da Bahia. Archival Identification. Getúlio Vargas.

1 INTRODUÇÃO

O projeto do Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, anteriormente Arquivo Histórico, foi idealizado em 2010⁵, sendo a documentação contida nele avaliada neste mesmo período como de valor permanente a partir da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades meio e fim da Administração Pública Federal. Grande parte da documentação é histórica por relatar e retratar a trajetória da Escola, uma unidade de ensino de 119 anos⁶ que contribuiu significativamente, como também os indivíduos que a compunham, para o desenvolvimento social regional.

O tratamento arquivístico dispensado aos documentos burocráticos da Escola, a exemplo de atas da Congregação, relatórios anuais, cadernetas escolares, correspondências, materiais cartográficos, dentre outros, e ainda outros projetos que envolvem os objetos museológicos, como pinturas de personalidades da Escola e troféus de diversos eventos esportivos alocados no Memorial, vêm viabilizar para a comunidade interna e externa o conhecimento das histórias entrelaçadas neste espaço.

Então, este artigo, resultado de uma dessas histórias, trata do populismo varguista a partir de uma carta identificada no assentamento funcional de um ex-funcionário da Escola, endereçada ao presidente Getúlio Vargas em 1952. O teor íntimo da carta reforça que a autopropaganda que este governo desempenhou desde o primeiro mandato de Vargas como presidente fez crescer um sentimento de proximidade entre os cidadãos comuns e seu governante em nível nacional, dando possibilidade de crença que uma simples carta poderia garantir benefícios sociais.

⁵ Inauguração oficial prevista para dezembro de 2016.

⁶ “A cinco de julho de 1896, Arlindo Coelho Fragoso reunia nove engenheiros na sala do Diretor da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e propunha a criação de um Instituto Politécnico, através da ação conjugada de particulares e do governo estadual. A fundação do Instituto objetivava a criação de uma Escola Politécnica. (...) 14 de março de 1897, no edifício nº 6 da rua da Laranjeiras, era solenemente instalada a Escola Polytechnica da Bahia, perante autoridades, representante da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro.” (COSTA, 2003, p. 18-19).

Sendo a Escola Politécnica hoje, não só a maior unidade da Universidade Federal da Bahia – com os seus 11 cursos de graduação, 8 de mestrado, 5 de doutorado, 4 cursos de especialização e diversos cursos de extensão e seus cerca de 5200 alunos entre graduação e pós-graduação⁷ – como também referencial no ensino de engenharia da Bahia, é extremamente significativa a concretização do Memorial para preservar e disseminar a história de relevância da Escola como transmissora e divulgadora do conhecimento, pois esta não é apenas limitada ao ensino e pesquisa, no sentido em que vem avançando em atividades de extensão que se expande para além dos muros acadêmicos.

2 DIÁLOGO ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A HISTÓRIA

Para a realização deste trabalho, a relação interdisciplinar da Arquivologia e da História como áreas do conhecimento se mostrou imprescindível, sendo que o tratamento arquivístico e a concepção de arquivo como espaço de memória possibilitou o acesso à carta do ex-funcionário da EPUFBA e as construções sobre esta que serão expostas mais adiante. Por isso, elucidar colocações pertinentes sobre esta relação somente colabora com o fortalecimento de ambas, em sentido individual ou conjunto.

Para tanto, Bellotto (1989) afirma que os arquivos constituem fontes de informação,

Eles resultam da acumulação estruturada e orgânica de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência. Estes documentos são conservados enquanto seu teor está em vigor/vigência, por razões administrativas e/ou jurídico-legais podendo ser eliminados se o seu valor se restringir àquele uso primário (o relacionado ao motivo de sua produção) ou, sendo documento de valor permanente, vir a constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes, comumente conhecidos como históricos. (BELLOTTO, 1989, p. 21)

Tornando, dessa maneira, o arquivo e seu acervo documental ferramentas para formulação e questionamento das concepções históricas, assim como o Memorial da EPUFBA, sendo que o profissional da história deve compreender a documentação diante tanto da evidência quanto do silêncio contido nesta.

Foucault, *apud* Francisco (2014), defende que a intenção da história para com o documento não é mais determinar se ele diz a verdade e qual o seu valor material, mas sim

⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, **Relatório anual Escola Politécnica da Bahia 2015**, 2016.

trabalhar com a crítica ao documento para a construção do conhecimento histórico⁸. Com isso, ainda segundo Francisco (2014), autores como Terry Cook e Verne Harris, chamados de “pós-modernos” na literatura arquivística, defendem que o contexto arquivístico incorpora várias vozes, mudando sucessivamente. Cada pesquisador, com sua perspectiva única, acrescenta a própria voz às muitas vozes pelas quais o arquivo fala.

Por isso, a atuação do arquivista é fundamental para concretizar todas as fases do tratamento documental e dar transparência as funções, estrutura, deliberações e demais informações que os documentos do organismo produtor possam conter. E, no âmbito dos arquivos permanentes, a função arquivística será a de garantir a “memória” das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural, com o fim de integrar o patrimônio local e nacional para servir aos interesses do cidadão e demais perfis de usuários (BELLOTTO, 1989).

Portanto, neste caso, o Memorial Arlindo Coelho Fragoso, a partir dos trabalhos e projetos desenvolvidos pelos profissionais atuantes no decorrer destes ainda poucos anos de atuação, se integra a estes conceitos de arquivos como espaços estratégicos de legitimação de narrativas e práticas sociais, consolidando a universidade como centro de produção do conhecimento e colocando em destaque os indivíduos envolvidos nesta continuidade, transformando-os em sujeitos históricos.

3 O TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO

O tratamento arquivístico dispensado aos assentamentos funcionais de ex-servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica que trabalharam na unidade de ensino (até o momento as datas-limite identificadas estão entre 1910-2011) colaborou para a identificação da carta de um ex-servidor da EPUFBA endereçada ao presidente Getúlio Vargas e, portanto, permitindo a construção de uma análise histórica referente à mesma. Assim, o assentamento funcional dos ex-servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da UFBA (EPUFBA) foi a fonte documental utilizada para a análise, ou seja, fora identificado o conjunto de documentos relativos à vida pessoal destes indivíduos, sendo abordado especificamente neste artigo a carta datada de 1952.

Para o processamento técnico, a metodologia foi composta por 04 etapas. Na etapa 01, ainda em andamento, é realizado o inventário e diagnóstico do acervo documental dos servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da UFBA. Essa etapa abrange

⁸ Ver REIS, José Carlos. **Annales: A renovação da História**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1996.

também a identificação e descrição dos assentamentos funcionais existentes para tratamento arquivístico.

Na etapa 02, que já obteve avanço, ocorre a higienização mecânica dos assentamentos funcionais dos servidores técnico-administrativos. Para tanto, realiza-se a limpeza mecânica de folha a folha, cortes superior, inferior e lateral, utilizando-se da mesa de higienização documental; desdobramento e planificação de vincos e dobras, além de pequenos reparos; remoção de cliques, grampos e outros prendedores; retirada de objetos metálicos que possam deteriorar os documentos pelo tempo; substituição das pastas originais e ordenação do acervo higienizado conforme as espécies e tipos documentais, em pastas-prontuário e caixas-arquivo, para acondicionamento nos arquivos deslizantes.

Na etapa 03 é realizado o cadastramento em base de dados, assim como a elaboração de espelhos e etiquetas com referências sumárias para a identificação visual das pastas e/ou caixas-arquivo (impressão e fixação de etiquetas).

Por fim, na etapa 04 será feito o acondicionamento dos documentos tratados e devidamente etiquetados nas pastas-prontuários ou caixas-box em arquivos deslizantes, seguindo as condutas técnicas necessárias à preservação, de acordo com os critérios de ordenação definidos para cada espécie e tipo documental, etapa que aguarda a finalização da reforma estrutural do Memorial que possibilitará tanto melhor ambiente e ferramentas de trabalho para a equipe, quanto para o público/usuário que visitar e solicitar acesso aos documentos.

Até o momento, em um total de 316 (trezentos e dezesseis) assentamentos funcionais de ex-servidores técnico-administrativos identificados, 266 (duzentos e sessenta e seis) receberam tratamento técnico.

4 O “AMIGO DOS POBRES”⁹

Para compreender a imagem construída sobre Getúlio Vargas, o *amigo dos pobres*, ainda bastante sólida em 1952, data do documento identificado no Memorial e contextualizado neste artigo, e que o fez ser eleito presidente do Brasil novamente em 1951, desta vez por voto direto, é preciso perceber as movimentações e estratégias políticas de caráter populista realizadas desde a primeira vez em que Vargas ocupou este cargo político no período que foi denominado de Era Vargas (1930-1945).

⁹ Colaborador neste tópico Prof. Dr. José Dias do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus Vitória da Conquista.

Vargas, que saiu da vida para entrar na História¹⁰, formou-se em Direito e acumulou grande experiência política como deputado estadual e federal e governador no Rio Grande do Sul, seu estado de origem, e como ministro no governo de Washington Luís, para então, em 1930, ser a figura de destaque na chamada Revolução de 30¹¹. Assiste-se, neste momento conturbado, a um complexo desenvolvimento histórico-político brasileiro cujos traços dominantes são as tendências de liquidação do Estado Oligárquico, alicerçado em uma estrutura social à base da grande propriedade agrária voltada para o mercado externo, e de formação de um Estado Democrático apoiado principalmente nas massas populares urbanas e nos setores sociais ligados à industrialização. Assim fica posta uma situação em que nenhum dos grupos sociais como classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação, detém com exclusividade o poder político. Isto passa a propiciar à massa destaque social, configurando a política populista (WEFFORT, 1980).

As massas populares foram a grande força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates, os quais sempre foram resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, porém, neste instante, a incorporação à cidadania se daria através do conjunto de leis outorgadas como um benefício para os que permaneceram, até 1930, excluídos. A cidadania representava a garantia de permanência dos direitos sociais obtidos, não importando se através do Estado, de negociações ou de lutas (MARTINHO, 2006).

Em vista disso, é pertinente expor, a fim de maior exemplificação deste panorama que propiciou o fenômeno do populismo, a definição da revista nacionalista *Cadernos do nosso tempo*, retomada pelo autor Weffort (1980), em que, para propiciar esta política, primeiro ocorre uma “massificação”, provocada pela “proletarização” de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na “massa”; em segundo há a perda da “representatividade” da “classe dirigente” – e, em consequência, de sua “exemplaridade” – que, assim, se transforma em “dominante”, parasitária; sendo, por fim, aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, assim tendo todas as possibilidades para que o populismo se constitua e alcance ampla significação social.

Diante disso, este mesmo autor coloca que a eficácia do líder populista dependerá da margem de compromisso que ocasionalmente exista entre os grupos dominantes, e de sua habilidade pessoal para superar, como árbitro, os enfrentamentos e para encarnar a imagem da

¹⁰ Trecho final da carta-testamento de Getúlio Vargas encontrada no Palácio do Catete no Rio de Janeiro em 1954, quando do seu suicídio.

¹¹ Ver FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30. História e Historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

soberania do Estado, em face das forças sociais em conflito, sendo o populismo recheado de emocionalidade e intimidade para com a população. Com isso, D'Araújo (1992)¹² coloca que se a política populista tinha como qualidade reivindicar ampla participação popular, usava-a, contudo, como instrumento de manipulação do poder e de exclusão dos interesses que não se coadunassem com as expectativas dos líderes.

Dessa forma, em suma, pode-se compreender que o populismo se caracteriza pela capacidade do líder de se comunicar com a maioria da população, agindo neste período de transição como o “salvador” e mediador entre os interesses das classes e grupos sociais e, para isso, Getúlio Vargas usava principalmente o rádio como forma de comunicação direta com a população, tendo seus discursos um caráter de relação pessoal para com a massa, caracterizando-se até como paternalista¹³.

Observando os resultados alcançados pelo colega americano Franklin Roosevelt, então candidato ao governo dos Estados Unidos, que foi educado e aprendeu que o que é dito no rádio vale mais pelas qualidades sensíveis da elocução da voz do que pelo conteúdo que é comunicado, Getúlio criou a *Hora do Brasil*¹⁴, com o objetivo de vulgarizar as realizações do governo e esclarecer a opinião pública sobre os problemas do momento, pois o investimento na radiodifusão numa relação político-econômica com os empresários do setor neste período foi um dos meios utilizados para fabricar e consolidar a imagem de Getúlio Vargas para a nação, numa estratégia de autopromoção do governo (JAMBEIRO, 2014).

Para tanto, ainda segundo Jambeiro (2014), o grande articulador da política de disseminação da ideologia do Estado Novo foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que passou a controlar não só o rádio, como também os jornais e revistas, as editoras, os espetáculos e manifestações de qualquer natureza, inclusive o carnaval, festas cívicas e mesmo religiosas. Para a disseminação no rádio, era utilizada diretamente a emissora de rádio de maior potência e a mais popular, a *Rádio Nacional*, transmissora da *Hora do Brasil*, e, dentre os outros meios de comunicação, o jornal *A manhã* e a revista *Cultura Política* foram utilizados.

Considerando o grau de instrução dos brasileiros no período e a popularização do rádio com os programas de entretenimento como as radionovelas e os noticiários que

¹² D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1992.

¹³ Ver NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergências na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Vol. 21, n.º 40, p. 107-131, 2001.

¹⁴ A atual *A voz do Brasil*, transmitida ainda no mesmo horário obrigatoriamente em todas as emissoras de rádio nacionais.

empreendiam cada vez mais credibilidade para com os ouvintes, é fácil perceber a importância do rádio na formação da opinião pública e porque foi amplamente utilizado politicamente por Getúlio. Foi através das transmissões radiofônicas oficiais que o governo conquistou a popularidade necessária para manter por tanto tempo um sistema ditatorial no país, considerando o período do Estado Novo (1937-1945) ¹⁵.

Além da *Hora do Brasil* que, a partir de 1938, passa a ser obrigatoriamente transmitido para todo o país, o Estado Novo mantém mais uma emissora oficial, a Rádio Mauá, subordinada ao Ministério do Trabalho e autodenominada “a emissora do trabalho”, que popularizava a imagem de Vargas como o benfeitor dos trabalhadores do Brasil (JAMBEIRO, 2014). Deste modo, quando Alexandre Marcondes Filho foi ministro do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1941-1945,

[...] se já havia, desde finais dos anos 1930, um ritual nas manifestações festivas do regime, de modo a aproximar o presidente de seus representados, a partir da gestão de Marcondes esta relação foi aprofundada com a utilização de programas de rádio que tinham por objetivo explicar o sentido da legislação trabalhista, bem como seus efeitos concretos na vida de cada trabalhador brasileiro. Em tom didático, as palestras radiofônicas do ministro tinham por objetivo explicar a política social, bem como os benefícios com ela obtidos. (MARTINHO, 2006, p. 143)

Articulava-se, desta maneira, a integração nacional a partir da aproximação do governo com a massa, fazendo permanecerem vinculadas à memória de Getúlio as maiores conquistas trabalhistas, apesar de um dos períodos de governo ter sido ditatorial. Inclusive, no seu último governo (1951-1954), com o auxílio de João Goulart (Jango) à frente do Ministério do Trabalho, essa marca de atenção aos trabalhadores se manteve, dizendo o próprio Goulart logo ao tomar posse que “enquanto eu for ministro, o Ministério do Trabalho será uma trincheira dos trabalhadores”. Assim,

Jango acabou com a exigência do atestado ideológico aos sindicalistas e instituiu a rotina de receber operários em audiências públicas na sede do ministério. Presidiu o I Congresso brasileiro da Previdência Social, que reuniu no Rio de Janeiro 1200 líderes trabalhistas e dirigentes sindicais de todo o país para discutir a participação dos trabalhadores na gestão dos institutos de previdência. Em ofício enviado aos sindicatos, pediu ainda que as diretorias das entidades auxiliassem os fiscais do ministério, que entraram em diligências para averiguar o cumprimento efetivo da CLT por parte das empresas. (NETO, 2014, p. 251)

¹⁵ Ver TOTA, Antônio Pedro. **O Estado Novo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. Coleção Tudo é História.

À vista, então, destas características populistas, Getúlio permitia que o povo se aproximasse de tal forma que, a exemplo do documento encontrado no Memorial e que será esmiuçado na próxima seção, era comum que qualquer cidadão escrevesse cartas, bilhetes, dentre outros, endereçadas diretamente ao presidente para tratar de questões pessoais que até englobassem outras categorias de reivindicação, como profissional e de classe. Pode-se atestar isso quando, após a cerimônia de posse da presidência, no Palácio do Catete – Rio de Janeiro no ano de 1951,

Ele [Getúlio] logo foi procurado pelos assessores, pois o público, em arrebatamento, ameaçava invadir o Catete, a exemplo do que fizera no TSE. Getúlio ordenou que fosse liberado o ingresso aos jardins e à varanda interna do palácio. Milhares de pessoas, em fila interminável, tiveram o direito de apertar a mão do presidente. Muitos aproveitaram a oportunidade para lhe entregar cartas e bilhetes, com pedidos de emprego, solicitações para tratamentos de saúde ou apelos por dinheiro em espécie. Já passava das vinte horas quando os portões do palácio puderam ser finalmente fechados. (NETO, 2014, p. 202-203)

Concomitantemente, o jornal *A Tarde*¹⁶ de Salvador – BA, na edição 13217 de 31 de janeiro de 1951, põe em destaque na primeira página a posse do novo presidente ressaltando a relação íntima do povo com o governante,

A posse do novo presidente tem, como se sabe o seu lado oficial e o aspecto popular. O brilho e a pompa do cerimonial, com a exigência de casacas e cartolas, não impedem, porém, que o sr. Getúlio Vargas sinta o calor das homenagens de regozijo do povo. O novo presidente aparecerá ao público nas escadarias da Câmara, logo após ser diplomado, recebendo então as manifestações populares. A imprensa está apelando para que o povo colabore com as festas da posse, evitando a balbúrdia de que foi teatro, por ocasião da diplomação, a sede do Tribunal Eleitoral. (A TARDE, 1951)

Fica evidente, portanto, as características da relação populista de Getúlio Vargas com a população, fazendo com que multidões se aglomerassem na esperança de conseguir uma aproximação com o líder e deste atender seus pedidos, geralmente, de oportunidades para melhorar as condições de vida.

¹⁶ Pertinente saber que o proprietário do jornal era Ernesto Simões Filho que foi Ministro da Educação e da Saúde neste primeiro momento do novo governo.

5 ANÁLISE DA FONTE

Expostas até aqui as considerações que contextualizam a carta identificada no acervo do Memorial Arlindo Coelho Fragoso, é importante analisar ainda as informações que tal documento arquivístico¹⁷ contém, já que o texto nele escrito retrata uma passagem da história do país, servindo de prova para o entendimento e interpretação da conjuntura passada, demonstrando assim como o funcionário, autor da carta, torna-se sujeito histórico inserido na história geral a partir da sua ação local.

A carta escrita pelo ex-servidor técnico-administrativo da Escola Politécnica da UFBA, Marcos Rodrigues dos Santos, foi encontrada entre demais documentos acumulados referentes ao mesmo servidor em seu assentamento funcional custodiado no arquivo do Memorial. Endereçada ao presidente Getúlio Vargas no ano de 1952, o conteúdo da carta evidencia a característica do governo populista de Vargas.

Contudo, primeiramente, se configura pertinente abordar o perfil do ex-funcionário, com o intuito de caracterizar o autor e justificar o seu ato. Dessa forma, diversos documentos encontrados no assentamento funcional de Marcos R. dos Santos trazem as seguintes informações: o ex-funcionário trabalhou como inspetor de alunos na Escola Politécnica de 1938 a 1965, quando foi removido para a Faculdade de Filosofia da UFBA. No ano de 1942, Marcos era aluno do curso de mecânica do Instituto Politécnico e, inclusive, presidente do grêmio estudantil¹⁸; em 1958 sai candidato à uma cadeira na Câmara Municipal defendendo, entre outras reivindicações, o passe para os estudantes universitários de 50% do valor das tarifas dos transportes; estudou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, participando do curso extraordinário *Introdução aos Problemas Brasileiros*, nos meses de outubro e novembro de 1959, sob patrocínio da Reitoria da Universidade da Bahia e da União Estadual de Estudantes; ademais, era casado e teve 7 (sete) filhos, entre legítimos e tutelados.

Tal documentação permite que o ex-inspetor de alunos possa ser descrito como um indivíduo que buscava participar das vivências sociopolíticas do seu entorno, sendo que, em

¹⁷ “DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO. “Informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades. “(CONS. NAC. ARQ. CTDE. Glossário..., 2004, p. 7.)”. MAMBRO, G. R. Di. **Glossário básico de Arquivologia**. Juiz de Fora, 2013. Disponível em http://www.ufjf.br/arquivoocentral/files/2013/09/di_mambro_glossa_130520.pdf Acesso em mai./2016.

¹⁸ Na Bahia, o Instituto Politécnico e a Escola Politécnica têm suas histórias entrelaçadas pelo primeiro ser criado com o intuito dar subsídios para o funcionamento da Escola que abarcaria o ensino. Entretanto, ainda não foi encontrada alguma documentação que relate o oferecimento de tal curso de mecânica no dado ano pelo Instituto, sendo que o curso de engenharia mecânica só foi autorizado em 1966 para a Escola, levantando a hipótese de o funcionário ter feito algum curso técnico.

alguns momentos, têm-se prova do seu envolvimento em papel de destaque e da sua vontade de almejar níveis mais altos, e isso pode ter facilitado à iniciativa dele em escrever uma carta para o presidente da República.

Passando para o conteúdo da carta, podem-se destacar alguns trechos que colaboram para o entendimento da figura de Getúlio Vargas que foi construída e fortalecida durante 25 anos do século XX, sendo engendradora no imaginário popular e ocasionando manifestações como esta da escrita da carta.

No primeiro trecho da carta lê-se:

Considerando o alto padrão de vida que dia a dia mais se – eleva e agrava e, a impossibilidade de continuar por mais tempo – este sacrificio, nós serventes, zeladores, inspetores de alunos e servidores portanto de classe mais humilde (todos com ordenados inferiores a (treis mil cruzeiros) Cr\$ 3.000,00, servindo na Universidade da Bahia¹⁹, nas Escolas de Medicina, Engenharia e Filosofia, solicitamos de V. Exa, uma solução para os nossos graves problemas – de ordem financeira [...].

Aqui é possível analisar duas colocações do autor da carta. A primeira referente ao alto padrão de vida citado que pode ter relação com os problemas deixados pelo governo anterior do presidente Dutra (1946-1950) que, segundo o autor Jambeiro (2014),

Os investimentos realizados (...), sobretudo na implantação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, esgotaram as divisas acumuladas pelo Brasil durante a guerra e pioraram as relações de trocas comerciais com países latino-americanos. Também vigorara severa restrição de crédito para a agricultura e a indústria. Os gastos com o funcionalismo público federal haviam aumentado intensamente. Além disso, o Brasil passava por uma experiência inédita que parecia assustadora: o crescimento exagerado da população, com taxa de aumento superior à da previsão, fenômeno a que se deu o nome de explosão demográfica. (JAMBEIRO, 2014, p. 150)

Com isso, a qualidade de vida pode ter diminuído diante dos problemas de ordem financeira enfrentados, sendo que mais adiante na carta o primeiro pedido do ex-funcionário é um *aumento de salário que equilibre as despesas imprescindíveis com a família*.

A segunda colocação a ser destacada reporta-se ao possível movimento coletivo para solicitar os pedidos escritos na carta, sendo os serventes, zeladores, inspetores de alunos e servidores compreendidos em uma só classe, a *classe mais humilde* para com quem o

¹⁹ Em 1946 que a Universidade da Bahia foi definitivamente federalizada com a integração das faculdades já existentes na capital baiana das áreas de Artes, Letras, Humanidades e Ciências. Entretanto, somente em 1950 a Universidade da Bahia recebe o nome de Universidade Federal da Bahia, porém, talvez por questão de costume o funcionário utilizou o nome antigo. Cf. TOUTAIN, L. M. B. B. (coord. e org.), ABREU, M. L. e VARELA, A. V. (orgs.). **Reitores da UFBA: de Edgar Santos a Naomar de Almeida Filho**. Salvador: EDUFBA, 2011.

carismático governante dispõe sua atenção até pessoalmente, como citado no episódio de sua última reeleição. Porém, a falta de assinatura de outros servidores na carta, já que esta só contém a assinatura do ex-inspetor de alunos Marcos, põe em questão a comunhão deste desejo por todos os citados, pois até então não foram encontrados outros documentos oficiais que possam ser cruzados com este, como, por exemplo, outra via da carta configurando esta identificada no assentamento funcional como um rascunho (ainda que datilografada), algum caderno de protocolo do período e correspondências expedidas pela diretoria da Escola que também comprovariam o envio da carta. É possível que algum destes documentos esteja na parte do acervo do Memorial que ainda não foi tratado, entretanto, a não localização destes que funcionariam como contraprova não descaracteriza a carta como fonte histórica.

Adiante, o pedido principal de motivação para escrita da carta é colocado:

Doação de terrenos para facilitar a construção imediata e, assim, tornar essa mais ao alcance da classe dos funcionarios modestos que não dispoém de ordenados capazes de contribuições elevadas; construções de casas residenciais sob planos os mais simples e modestos, com crédito especial, imediato e sistema burocratico simplificado quanto possível, para evitar os prejuizoz que a lentidão do referido sistema tem trazido; que estas doações podem ser feitas na Cidade Universitaria onde existem grandes e suficientes aereas; casas de tipo proletario, com capacidade para a família – pequena, media e grande; descontos relativos nos vencimentos dos solicitantes na base de 1/5 (um quinto) dos vencimentos mensais; empréstimos de quantias em moeda corrente para compra, re-paros e concertos de casas já construidas (antigas), taxas bem menores que as dos Bancos e Institutos a curto e longo prazo, considerando pois, que ha funcionarios tambem – que desejam a sua casa em terreno seu ou mesmo compra ou construção em condições ainda mais modestas do que aquelas que os Institutos oferecem; que estas construções não excedam de (setenta mil - cruzeiros) Cr.\$70.000,00, despesas inclusive (3º tipo de casa para familia grande) que deverão ser pagos em parcelas de 1/5 do ordenado mensal, e, prazo estipulado para liquidação do debito.

É possível verificar que é reivindicado, neste momento, um programa de assistência habitacional, pois, de acordo com o relato, o salário recebido pela classe não é suficiente para que sejam adquiridas casas próprias. No entanto, não havia até então programas com maior interferência do governo sobre habitação e moradia, somente condições de financiamento em poucos bancos por algumas classes de trabalhadores organizados há mais tempo. A partir da década de 60, especificamente com o golpe militar de 64, o primeiro presidente, Castelo

Branco, instaurou uma política habitacional mais efetiva²⁰. Assim, conclui-se que seja provável que o problema de moradia não foi solucionado.

Chegando ao fim da carta têm-se: (...) *as medidas que esperamos sejam tomadas para nos arrancar destes imensos sacrifícios que ha muito estamos suportando, e, confiantes e cheios de fé, esperamos ser atendidos, sim pelo nosso grande Presidente, o amigo dos pobres.*

Observando este trecho final, fica evidente o tom de apelo desesperado da carta, porém, culminando em termos que revelam esperança naquele que talvez seja o único que possa importar-se com os menos favorecidos e compreender os sacrifícios sofridos por estes para, assim, implantar soluções para a vida do povo que o clama, expressando, visivelmente, o sucesso do populismo de Getúlio que, nas palavras de Tavares (2004)^{21,22}, “foi o homem mais poderoso do Brasil, amado por muitos milhões e odiado por outros milhões – e por isso, mais poderoso ainda, pois foi capaz de se apoderar do amor e do rancor dos demais”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste trabalho, a relação interdisciplinar da Arquivologia e da História como áreas do conhecimento se mostrou imprescindível, sendo que o tratamento arquivístico e a concepção de arquivo como espaço de memória possibilitou o acesso à carta do ex-funcionário da EPUFBA. A discussão acerca do populismo de Getúlio Vargas foi possibilitada pelo tratamento e preservação do assentamento funcional de um ex-funcionário, reafirmando o Memorial Arlindo Coelho Fragozo como espaço de memória.

Com isso, é perceptível que a atuação do arquivista é fundamental para concretizar todas as fases do tratamento documental e dar transparência as informações que os documentos do organismo produtor possam conter. No âmbito dos arquivos permanentes, a função arquivística é a de garantir esta “memória” das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural, com o fim de integrar o patrimônio local e nacional para servir aos interesses do cidadão e demais perfis de usuários. A informação contida na carta retrata uma passagem da história do país, servindo de prova para o entendimento e interpretação da conjuntura passada e até debates com a história do presente.

²⁰ Cf. RUBIN, BOLFE. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, n. 2, mai.-ago. 2014, p. 201-213.

²¹ Cf. <www.portal.fgv.br>

²² TAVARES, F. *O dia em que Getúlio matou Allende*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Portanto, o Memorial Arlindo Coelho Fragoso a partir dos trabalhos e projetos desenvolvidos pelos profissionais atuantes, se integra a estes conceitos de arquivos como espaços estratégicos de legitimação de narrativas e práticas sociais, consolidando à Universidade como centro de produção do conhecimento e colocando em destaque os indivíduos envolvidos nesta continuidade, transformando-os em sujeitos históricos.

Por fim, segundo as colocações de Motta (2014)²³, é comum nas pesquisas acadêmicas, algumas das respostas encontradas confirmarem as premissas iniciais; outras surpreenderem ao apontar caminhos inesperados; ainda, em certos casos, as perguntas continuaram sem solução. Contudo, espera-se que a identificação do acervo documental dos ex-servidores técnico-administrativos da EPUFBA sirva como instrumento de apoio à administração e à história, ao desenvolvimento técnico e como elemento de prova e informação, possibilitando aos funcionários, docentes, discentes e sociedade em geral o pleno acesso e uso aos acervos documentais de relevância acadêmica, científica e social, custodiados pela Escola.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, B. M. A., SANTOS, J.A.F. de A., CAMPOS, L. E. de P. e PITON, P. A. Escola Politécnica da Bahia: 110 de atuação na formação de profissionais e no desenvolvimento regional. **Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia – COBENGE 35**. Disponível em http://abenge.org.br/cobenges-anteriores/2007/artigos-2007/artigos-publicados_7. Acesso em 07 de março de 2016.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. In: **Revista Transição**. Campinas, vol. 1, n. 3, p. 15-28, 1989.

CALMON, J. A posse do novo presidente. **A Tarde**. Salvador, p. 1, 30 jan. 1951.

FRANCISCO, Julio César Bittencourt. História, arquivo e memória. Uma reflexão sobre a pesquisa histórica e a prática arquivística na contemporaneidade. In: **Revista Oficina do Historiador**. Suplemento especial – I Encontro de Pesquisas Históricas. Porto Alegre, p. 906-918, 2014.

GONÇALVES, Janice. Arquivos e História: perspectivas. In: **Revista Esboços**. Santa Catarina, vol. 14, nº 17, p. 205-211, 2007.

JAMBEIRO, Othon. [et al.]; preparação de originais e revisão: Tânia de Aragão Bezerra, Magel Castilho de Carvalho. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação** - Salvador: EDUFBA, 2004.

²³ MOTTA, R. P. S. **As Universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Trabalho e identidade nacional no Brasil. **Revista Acervo**. Rio de Janeiro, v. 19, nº 1-2, p. 137-158, jan./dez 2006.

NETO, Lira. **Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Relatório anual Escola Politécnica da Bahia 2015, 2016.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1980.